



PROJETO DE LEI Nº012/2000

ALTERA LEI 2.116, DE 31/10/96, QUE INSTITUIU O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS.

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, decreta:

Art. 1º - Os artigos 31 e 32 da Lei 2.116, de 31/10/96, passarão a viger com a seguinte redação:

"Art. 32 - O licenciamento de obras depende da apresentação de requerimento do qual deve constar o nome e a assinatura do proprietário.

Art. 33 - Deferido o licenciamento, a Prefeitura expedirá o respectivo alvará de construção constando os seguintes dados:

I - nome do proprietário;

II - nome do autor do projeto arquitetônico, e número do CREA;

III - nome do logradouro, numeração do imóvel, números do lote e

da quadra;

IV - área edificada;

V - área do terreno:

VI - número atribuído ao imóvel no cadastro da Prefeitura;

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Congonhas, aos dois dias do mês de maio de dois

mil.

JOSÉ LÚCIO DE CASTRO

CMC/mgrm

PROJETO DE LEI N.º 012/2000

APROVADO EM 10 DISCUSSÃO E NOTAÇÃO

VOTAÇÃO 14 FAVORAÇÃO — BRANCOS.

CÂMARA MUNICIPAL DE ONGUNHAS - MG

EM 26 DE 09 DE +0 DOOO

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI N.º O 1 0 2000

APROVADO EM 29 DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

VOTAÇÃO J. AVOPAVEIS. NULOS

CÂMARA MUNICIPAL DE CONGUNHAS - MG

EM 03 DE OUTUBRO DE 18 2000

PRESIDENTE





JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores,

O presente projeto visa adequar a realidade do município de Congonhas, com a legislação vigente pois, a contratação de responsável técnico pela execução da obra, via de regra ocorre quando da sua efetivação, o que normalmente se dá em períodos bastante posterior ao da elaboração do projeto.

A exigência atual inviabiliza a regularização junto ao Município, de obras pois, exige a contratação do responsável pela execução, juntamente com a elaboração do projeto, encarecendo sobremaneira as construções.

A exigência de responsável técnico deve ser sempre com a efetiva execução da obra e a mudança proposta não exime o proprietário de tomar tal providência.

Câmara Municipal, 30s 25 de junho de 1.999.

JOSÉ LÚCIO DE CASTRO Vereador

CMC/hmfs



CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG

ANEXO AO PROCESSO Nº _____ / ___ DE

FOLHA N°

ASKIR PETER PRECIONAL PRECIONAL PURA APRIEND A





COMUNICADO 005/2000

Senhores Vereadores

A Secretaria da Câmara Municipal de Congonhas, COMUNICA que se encontra aberto o prazo de 15 (QUINZE) dias para apresentação de sugestões e emendas ao PROJETO DE LEI Nº 012/2000 - ALTERA LEI 2.116, DE 31 DE OUTUBRO DE 1996, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO, nos termos do parágrafo 1º, do art. 289, do Regimento Interno desta Casa.

Câmara Municipal de Congonhas, aos nove dias do mês de maio do ano dois mil.

> MAGNO JOSÉ EVANGELISTA Gerente do Legislativo





CERTIDÃO Nº 030/2000

Certifico que não foram apresentadas dentro do prazo legal nos termos do parágrafo 1º, do art. 289 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, emendas ao Projeto de Lei 012/2000 – ALTERA LEI 2.116, DE 31/10/96, QUE INSTITUIU O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS.

Câmara Municipal de Congonhas, aos dois dias do mês de junho do ano dois mil.

MARIA DAS GRAÇAS REIS MENDES Oficial do Legislativo

CMC/mgrm



CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG

ANEXO AO PROCESSO N° _____/___/

____ DE

FORHANO S

02.06.2000

JOSÉ HÉLIO DE MIRANDA PRESIDENTE COMISSÃO LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO Ao h. Progrador: four emitin parecer, Erela neo a V. S. que a nume roses dada con artigo eter errada.

Sala Confirman, em

C. L. 7. R.





Congonhas, 22 de agosto de 2000.

À

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Ref.: Projeto de Lei nº 012/2000 – Altera Lei 2.116, de 31/10/96, que Institui o Código de Obras do Município de Congonhas.

PARECER:

Trata-se de projeto de lei visando alterar o Código de Obras.

O projeto vem devidamente motivado, sendo de iniciativa de Vereador que detém competência para tal.

A proposta não apresenta nenhum vício de legalidade, mas há um erro redacional na mesma, pois em seu artigo 1º consigna que os artigos 31 e 32 da Lei 2.116, de 31/10/96, passarão a viger com a seguinte redação.

Mas na descrição dos artigos ocorreu um equívoco, constando os números 32 e 33.

Desta forma, sugerimos que esta Comissão, faça uma emenda modificativa, de modo a sanar tal equívoco, utilizando o disposto no parágrafo 3º do artigo 288 do Regimento Interno, no qual permite a CLJRF de produzir emendas que entenda pertinente.

O projeto é legal e constitucional.

Este é o meu parecer, smj.

ADRIANO MELILLO
Procurador do Legislativo

Ø. .



CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG

OTHA No PANCED PROPERTY OF THE PROPERTY OF THE

ANEXO AO PROCESSO N° ______ / ____ D

SECREMI, A REPORALIENT PLATER.

DOUBLEMAN, WY,

22/08/2000.

Significant and College of Control of





Congonhas, 12 de setembro de 2.000

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Ref.: Projeto de Lei nº 12/2000 – Altera Lei 2.116, de 31/10/96, que institui o Código de Obras do Município de Congonhas.

RELATÓRIO:

O projeto de lei 012/2000, que Altera Lei 2.116, de 31/10/96, que institui o Código de Obras do Município de Congonhas, vem atender ao anseio de muitos munícipes que dependem dessa mudança, para obter junto à Prefeitura o alvará de licença para construir.

A exigência do responsável pela execução da obra, juntamente com a elaboração do projeto, dificulta e aumenta o seu custo.

A exigência deverá ocorrer quando da efetiva realização da construção.

O projeto apresenta um erro de redação em seu artigo 1°.

Diante do parecer do Procurador do Legislativo e de acordo com o parágrafo 3º do artigo 288 do R.I., esta comissão apresenta a seguinte Emenda Modificativa:

"Artigo 1º - Os artigos 31 e 32 da Lei 2.116, de 31/10/96, passarão a viger com a seguinte redação:

Art. 31 — O licenciamento de obras depende da apresentação de requerimento do qual deve constar o nome e a assinatura do proprietário.





Art. 32 — Deferido o licenciamento, a Prefeitura expedirá o respectivo alvará de construção constando os seguintes dados:

I – nome do proprietário;

II - nome do autor do projeto arquitetônico, e número

do CREA;

III – nome do logradouro, numeração do imóvel,
 números do lote e da quadra;

IV - área edificada;

V - área de terreno;

VI - número atribuído ao imóvel no cadastro da

Prefeitura".

O projeto não apresenta vícios constitucionais e legais.

Meu parecer é pela aprovação da matéria com emenda.

JOSÉ HÉLIO DE MIRANDA

Relator

Petros conclusões: Pul cul

Petros conclusões: Pul cul

Petros conclusões: Pul cul

Petros conclusões filosoficatos

Petros Concerisões fierio Peronte

Rua Padre Antônio Corrêa, 163 - Tel: (031) 731-1840 - Fax: (031) 731-1333 - CEP: 36404-000 - Congonhas - MG





Congonhas, 12 de setembro de 2.000

Comissão de Obras e Serviços Públicos.

Ref.: Projeto de Lei nº 12/2000 – Altera Lei 2.116, de 31/10/96, que institui o Código de Obras do Município de Congonhas.

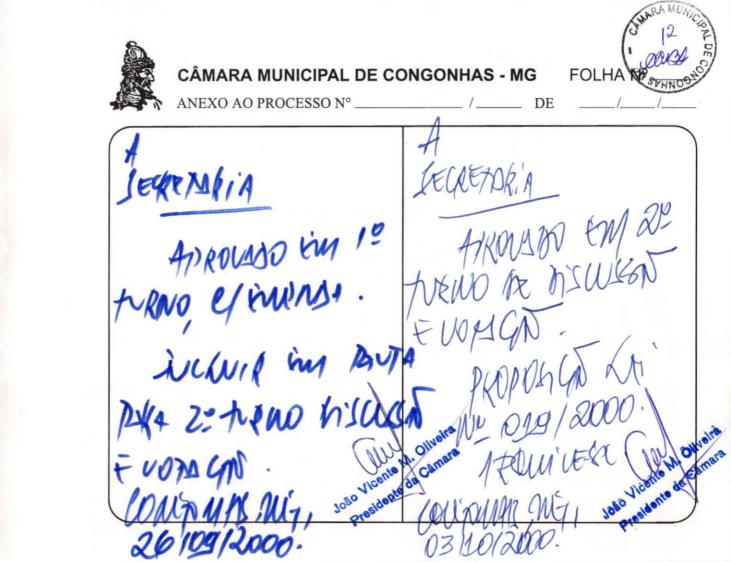
RELATÓRIO:

O projeto de lei 012/2000, que Altera Lei 2.116, de 31/10/96, vem atender a uma reivindicação dos munícipes no sentido de adequar, corrigir e aprimorar o Código de Obras do Município de Congonhas, trazendo com isso maior fluidez na aprovação de projetos pela Prefeitura.

Meu parecer é pela aprovação da matéria.

MARCO ANTÔNIO VARTULI Relator

PELAS CONCLUSTORS 26~







PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 019/2000

Altera Lei 2.116, de 31/10/96, que Instituiu o Código de Obras do Município de Congonha.

A Câmara Municipal de Congonhas, APROVOU e eu, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO e PROMULGO seguinte LEI:

- Art. 1º Os artigos 31 e 32 da Lei 2.116, de 31/10/96, passarão a viger com a seguinte redação:
 - Art. 31 O licenciamento de obras depende da apresentação de requerimento do qual deve constar o nome e a assinatura do proprietário.
 - Art. 32 Deferido o licenciamento, a Prefeitura expedirá o respectivo alvará de construção constando os seguintes dados:
 - nome do proprietário;
 - Il nome do autor do projeto arquitetônico, e número do CREA;
 - III nome do logradouro, numeração do imóvel, números do lote e da quadra;
 - IV área edificada;
 - V área de terreno:
 - VI número atribuído ao imóvel no cadastro da Prefeitura.
- Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação..
- Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Congonhas, aos três dias do mês de outubro do ano dois mil.

Vereador João Vicente Monteiro de Oliveira Presidente da Mesa Diretora Câmara Municipal de Congonhas





Ofício

Nº CMC/435/2000

Assunto

ENCAMINHAMENTO / Faz

Origem

Presidência da Câmara Municipal de Congonhas

Data 03/10/2000

Senhor Prefeito.

Em cordial visita, comunicamos a V.Exª que na 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA desta Casa Legislativa, realizada nesta data, tramitou e foi aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 012/2000

ALTERA LEI 2.116, DE 31/10/96, QUE INSTITUIU O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍP;IO DE CONGONHAS (APROVADO EM 2º TURNO DE VOTAÇÃO, C/EMENDA, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES) PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 019/2000, DE 03/10/2000

Atenciosamente.

Vereador JOÃO VICENTE MONTEIRO DE OLIVEIRA

Presidente da Mesa Diretora Câmara Municipal de Congonhas

Jacobi an John 15:30 Paras

Exmº Sr Dr ALTARY DE SOUZA FERREIRA JÚNIOR DD Prefeito Municipal Congonhas MG

Rua Padre Antônio Corrêa, 163 - Tel: (031) 731-1840 - Fax: (031) 731-1333 - CEP: 36404-000 - Congonhas - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG CIDADE DOS PROFETAS



LEI № 2.264 ALTERA LEI 2.116, DE 31/10/96, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS

A Câmara Municipal de Congonhas, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Os artigos 31 e 32 da Lei 2.116, de 31/10/96, passarão a viger com a seguinte redação:

Art. 31 - O licenciamento de obras depende da apresentação de requerimento do qual deve constar o nome e a assinatura do proprietário.

Art. 32 - Deferido o licenciamento, a Prefeitura expedirá o respectivo alvará de construção constando os seguintes dados:

I nome do proprietário;

Il nome do autor do projeto arquitetônico, e

número do CREA;

III nome do logradouro, numeração do imóvel, números do lote e da quadra;

IV área edificada; V área de terreno:

VI número atribuído ao imóvel no cadastro da

Prefeitura.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Congonhas, aos seis dias do mês de outubro de dois mil.

Altary de Souza Perreira Júnior Prefeito Municipal